O MERCADO MATRIMONIAL EM *SENHORA*, DE JOSÉ ALENCAR, E *IAIÁ GARCIA*, DE MACHADO DE ASSIS

Aderci Flôres Leandro (UFMS)
José Alonso Tôres Freire (UFMS)

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal analisar o casamento como mercado matrimonial no século XIX, tema, de certa forma central, nas obras *Senhora*, de José Alencar e *Iaiá Garcia*, de Machado de Assis. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, em que serão analisadas as referidas obras, bem como outras fontes para dar o embasamento teórico necessário ao artigo, dentre as quais Abrantes (2010), Antonio Cândido (2000), Andrade (2013), D’Inção (2012), Lima (2016), entre outras. No percurso desta análise, serão enfatizados temas relevantes ao estudo, tal como o casamento visto como um negócio, uma maneira de preservar e adquirir novas riquezas para as famílias da classe burguesa e o dote, ou seja, as vantagens financeiras oferecidas aos futuros maridos das moças disponíveis para matrimônio. O casamento arranjado era muito comum no século XIX, em que a mulher tinha seu casamento negociado, em geral, independentemente de sua vontade. Com isso, este artigo se propõe a demonstrar o papel submisso da mulher naquele período, destacando, porém, que nos romances analisados, as mulheres fugiram à regra e elas mesmas escolheram seus futuros maridos, mesmo sendo por meio de um mercado matrimonial.

Palavras-chave: Literatura brasileira; Mercado matrimonial; *Senhora*; *Iaiá Garcia*; José de Alencar; Machado de Assis.

THE MATRIMONIAL MARKET IN *SENHORA*, BY JOSÉ DE ALENCAR, AND *IAIÁ GARCIA*, DE MACHADO DE ASSIS

Abstract: This article aims to analyze marriage as a matrimonial market along the nineteenth century, a central theme in the novels *Senhora*, by José Alencar, and *Iaiá Garcia*, by Machado de Assis. It is a qualitative bibliographical research, in which the mentioned works will be analyzed, as well as other sources in order to give the theoretical background necessary to the article, among them Abrantes (2010), Antonio Candido (2000), Andrade (2013), D’Inção (2012), Lima (2016), among others. In the course of this analysis, themes relevant to the study will be emphasized, such as marriage seen as a business, a way of preserving and acquiring new wealth for bourgeois families and the dowry, that is, the financial advantages offered to the future husbands of girls available for marriage. Arranged marriages were very common in the nineteenth century, when the woman had her marriage negotiated, in general, regardless of her will. Thus, this article proposes to demonstrate the submissive role of women in that period, emphasizing, however, that in the novels analyzed, women fled the rule and they themselves chose their future husbands, even through a marriage market.

Keywords: Brazilian literature; Matrimonial market; *Senhora*; *Iaiá Garcia*; José de Alencar; Machado de Assis.

INTRODUÇÃO

Pensando bem o modo por que ajustara seu casamento não era nenhuma novidade; todos os dias se estavam fazendo dessas alianças de conveniência, em termos idênticos, se não mais positivos.

José de Alencar, em *Senhora*

O casamento, na atualidade, é considerado como uma celebração do amor entre duas pessoas, ou seja, movido por sentimentos que envolvem paixão e desejo, pelo menos teoricamente. Contudo, no decorrer da história, os enlaces durante muito tempo ocorreram por motivos financeiros e a questão do amor associado à união é relativamente recente. Dessa maneira, neste artigo, temos por objetivo analisar o mercado matrimonial na literatura brasileira, ou seja, as negociações, inclusive financeiras, em torno das representações ficcionais do casamento no século XIX, mais especificamente nas obras *Senhora*¹, de José Alencar, publicado em 1875, e *Iaiá Garcia*², de Machado de Assis, publicado em 1878, dois dos maiores romancistas da Literatura Brasileira.

Nessa época, os casamentos, como acontecem nos romances selecionados para esta breve análise, iam bem além de um enlace romântico, embora seja lugar comum pensar que no Romantismo o final feliz fosse a regra. Eram, em muitos casos, movidos por interesses sociais, em que o ser humano era “comprado” para se casar, como acontece em *Senhora*. Nesse romance, temos a personagem Aurélia que, após uma desilusão amorosa, casa-se com seu amor do passado, Fernando, por quem fora abandonada por ser pobre, utilizando-se de uma providencial herança para comprá-lo sem que ele saiba.

Já na segunda obra, encontramos o tema na personagem de Estela, que amava Jorge, mas seu orgulho não lhe permitiria casar-se com um homem de classe social bem mais elevada que a dela, como se ele lhe prestasse algum tipo de favor, ou seja, a jovem se sentia inferior ao homem a quem amava e por esse motivo, jamais poderia unir-se a ele pelo matrimônio. Assim, optou por se casar com outro homem, sem amor, ainda que tenham respeito mútuo.

Para a consecução desses objetivos, do ponto de vista da análise literária, como suporte teórico, recorreremos a autores como Candido (2000), que explica que uma análise como esta deve buscar os elementos externos transfigurados em literatura, projetados ali para

¹ 5ª edição, ano de 2014.

² 4ª edição, ano de 1981.

formar um todo indissolúvel. O mesmo autor ressalta a necessidade de se analisar uma obra em sua intimidade para que consigamos averiguar os fatores que contribuem para sua organização interna e sua estruturação peculiar. Além disso, este artigo pauta-se no âmbito da literatura comparada, em que buscamos estabelecer aproximações entre obras de autores diferentes, ou seja, analisando semelhanças e diferenças.

Assim, a análise deste artigo visa comparar diálogos, semelhanças e diferenças nos objetos de estudo aqui propostos e podemos adiantar que nos dois romances o mercado matrimonial funciona como uma forma de preservar os bens das famílias burguesas do século XIX e, dessa maneira, o enlace é encarado como um negócio, visando sempre a preservação e, se possível, a obtenção de vantagens materiais.

O CASAMENTO NO SÉCULO XIX

História e Literatura estão intimamente relacionadas e possuem sua relevância no contexto social da América Latina e, em especial no Brasil, devido ao seu passado colonial. Importante ressaltar que a literatura transfigura fatos históricos em elementos narrativos, ou seja, quando eles aparecem na ficção, já se transformaram em outra coisa, elementos internos, que passaram por vários filtros.

Pesavento (1998) aborda a questão do entrecruzamento da história e da literatura e defende que ambas correspondem a uma abordagem antiga e que, no entanto, “a maior parte dos trabalhos que dela se valem ou fazem uso recorrente da contextualização histórica do discurso literário ou empregam a literatura como uma fonte alternativa para a construção do conhecimento histórico”. (p. 19). Para a mesma autora, o patamar conceitual que torna possível esse entrecruzamento da literatura com a história só é possível pela noção de representação, fundamental para as análises de uma nova história cultural, que visa resgatar modos como o homem foi capaz de perceber a si próprio e ao mundo por meio de um sistema de ideias e imagens de representação coletiva e se atribuindo uma identidade.

Nessa perspectiva, apoiamo-nos em Bernd (1998), que destaca que a história do Brasil foi escrita, em um primeiro momento, pelos conquistadores e, em seguida, por seus colonizadores. Assim, no período pós-colonial, a Literatura teve como principal característica, preencher os vazios deixados pela história oficial do país, que ocultou, sobremaneira, fatos ocorridos no período da colonização brasileira.

Ainda segundo a mesma autora, a Literatura trouxe para os textos as versões populares de diferentes fatos históricos, permeadas pelo simbolismo do imaginário da população, cheios de significações diversas (BERND, 1998, p. 45).

O CASAMENTO EM *SENHORA E IAIÁ GARCIA*

Voltados mais especificamente à análise literária dos romances *Senhora*, de José Alencar e *Iaiá Garcia*, de Machado de Assis, em que o tema central se pauta em casamentos realizados por meio de interesses financeiros, consideramos relevante, em um primeiro momento, visando reconstruir o contexto de produção dessas obras, destacar as transformações ocorridas na sociedade no cenário brasileiro no século XIX. Nesse sentido, são importantes as ponderações de Andrade (2013), que pontua que, dentre tais transformações, estão a consolidação do capitalismo periférico, incremento da vida urbana com suas novas alternativas de convivência social, ascensão da burguesia e de uma nova mentalidade burguesa. Para a autora, esses fatores contribuíram para o engendramento de novas relações, uma vez que é possível perceber uma reorganização das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas, assim como da sensibilidade e da forma de conceber o amor.

Andrade (2013) salienta que as mulheres casadas, por meio de ritos sociais, passaram a desempenhar um novo papel, de contribuir para o projeto familiar de mobilidade social. Além de se casarem por interesses econômicos, as mulheres tinham a função de cuidar do lar, dos filhos e do esposo, de forma esmerada, bem como participar dos eventos sociais promovidos pela sociedade. Lima (2016), a esse respeito, argumenta que a mulher que não se casava não era bem vista pela sociedade, ressaltando que no romance *Senhora*, tal fato fica muito claro, no trecho em que o escritor destaca uma mulher assim como “mesquinha sorte do aleijão social, que se chama celibato” (ALENCAR, 2014, p. 45).

Nesse contexto, surge a mercantilização matrimonial, enfatizada na obra machadiana, especificamente em *Iaiá Garcia*, uma das obras objeto desta pesquisa, em que são destacados casamentos por amor *versus* casamentos por aliança política econômica, como se pode observar nos seguintes trechos do romance:

Não foi a paixão que a levou ao casamento, mas somente a conveniência e o raciocínio. No casamento achava os sentimentos de apreço, a mútua consideração, a

brandura das relações domésticas”. (ASSIS, 1981, p. 180)

[...]Todas as felicidades do casamento achei-as ao pé do teu pai. Não nos casamos por amor; foi escolha da razão, e por isso acertada. Não tínhamos ilusões; pudemos ser felizes sem desencanto. (ASSIS, 1981, 208)

Sob essa ótica, ainda no que tange ao casamento realizado por convenções sociais, por conveniência em que o amor não é levado em conta em obras de Machado de Assis, D’Inção observa que

O casamento ainda ocorre por conveniência, agora, um objetivo possível de ser atingido por meio de manipulações e estratégias. Os círculos sociais se ampliam, as mulheres da elite saem às ruas e salões exibidas e coquettes, rapazes ambiciosos abraçam profissões liberais e adentram os salões das melhores famílias- ampliam- - se o mercado conjugal e as possibilidades de escolha entre os grupos mais abastados. As normas de comportamento tornam-se mais tolerantes, desde que se mantenham as aparências e o prestígio das boas famílias não fique abalado. O amor, explorado por Machado de Assis, oscila entre um sentimento transcendente – rebelde às demandas da sociedade burguesa e racional – e um amor raro, feito de pequenos gestos cotidianos e respeito mútuo, ascético, sem paixão. (D’INÇÃO, 2012, p. 238)

No romance *Iaiá Garcia*, Machado de Assis destaca de forma muito clara a posição da personagem Estela diante do casamento sem amor, ao tentar aconselhar a enteada, como podemos ver na seguinte fala da personagem: “- Não debes casar, se o amor pode ser satisfeito sem obstáculos. No caso contrário, o casamento é uma simples escolha da razão: sacrifica-te”. (ASSIS, 1981, p. 120)

Discorrendo sobre o contexto da época, Lima (2016) aponta que a mulher, no século XIX, recebia instrução com o intuito principal de melhorar seu status no mercado matrimonial. As atividades femininas se restringiam a tocar piano, cantar, desenhar, dançar e conhecer um outro idioma, de preferência o francês, muito importante no Brasil na época. Essas atividades tornavam as mulheres aptas a um bom casamento.

No romance *Senhora*, de José de Alencar, também aparece o casamento representado como uma mercadoria, como se pode perceber no trecho em que Aurélia não se considerava digna de receber o amor de Seixas:

Pensava ela que não tinha nenhum direito a ser amada por Seixas, pois a afeição que lhe tivesse, muita ou pouca, era graça que dele recebia. Quando se lembrava que esse amor a poupava à degradação de um casamento de conveniência, nome que se decora o mercado matrimonial, tinha impulsos de adorar a Seixas, como seu Deus e redentor. (ALENCAR, 2014, p. 105-106)

Nesse trecho, é possível observar que, apesar de nutrir amor por Seixas, Aurélia também não rompe as convenções, como determinava a sociedade patriarcal daquela época.

Já em *Iaiá Garcia*, o casamento era compreendido como um favor pela personagem Estela, ou seja, ao se casar com Jorge, estaria devendo mais um favor à mãe do rapaz, que acolheu a ela e a família em suas terras. Assim, a jovem permite que a mãe de Jorge, Valéria, arranje para o rapaz um casamento, ainda que sem amor.

Dessa forma, Valéria, com o objetivo de eliminar qualquer possibilidade da moça se casar com seu filho, arranja-lhe um casamento com Luís Garcia. Estela que, como vimos, é uma personagem marcada pelo orgulho, aceita essa união por considerar que jamais poderia se casar com Jorge devido à sua condição social inferior, como já mencionamos antes. Além disso, se casar com Luís Garcia significava para Estela a libertação de Valéria. A respeito disso, Estela expressa sua maneira de pensar sobre o tema da seguinte forma:

Casamento, entre nós, era impossível, ainda que todos trabalhassem para ele; era impossível, sim, porque o consideraria uma espécie de favor, e eu tenho um grande respeito a minha própria condição. Meu pai já me achava, em pequena, uns arremessos de orgulho. Como querias tu que, com tal sentimento, pudesse desposar um homem, socialmente superior a mim? Era preciso dar-me outra índole. Todas as felicidades do casamento achei-as ao pé de teu pai. Não nos casamos por amor; foi escolha da razão, e por isso acertada. Não tínhamos ilusões; pudemos ser felizes sem desencanto (ASSIS, 1981, p. 208).

Ainda no que se refere ao orgulho de Estela, o romance *Iaiá Garcia* evidencia o fato no seguinte trecho:

Era orgulhosa, tão orgulhosa que chegava a fazer da inferioridade uma auréola; mas o orgulho não derivava de inveja impotente ou de estéril ambição; era uma força, não um vício, - era o seu broquel de diamante, - o que a preservava do mal, como a do anjo de Tasso defendia as cidades castas e santas. Foi esse sentimento que lhe fechou os ouvidos às sugestões do outro. Simples agregada ou protegida não se julgava com direito a sonhar outra posição superior ou independente; e dado que fosse possível obtê-la, é lícito afirmar que recusara, porque, a seus olhos seria um favor, e a sua taça de gratidão estava cheia. [...] Pois o orgulho de Estela não lhe fez somente calar o coração, infundiu-lhe a confiança moral necessária para viver tranqüila no centro mesmo do perigo. (ASSIS, 1981, p. 36-37)

Fica evidente, dessa maneira, que Estela se casou apenas por conveniência com o intuito de se libertar em relação aos favores, ao invés de se casar com Jorge e ver sua dívida com a família do jovem crescer ainda mais. Há um trecho no romance de Machado de Assis que transcreve um diálogo entre as personagens Estela e Valéria, em que fica claro que,

naquela época, o amor não era um elemento essencial a um casamento, como pode ser observado a seguir:

- Que te ofereces, não; mas quem me pode impedir de ter adivinhado que o amas? disse a viúva maliciosamente.
- Ou que o aprecio, emendou Estela. Para um bom casamento não é preciso mais. (ASSIS, 1981, p. 71)

Neto e Moreira (2016) ponderam que o casamento como contrato social era uma prática comum no Brasil colônia, uma vez que o país passava por uma fase de declínio e para algumas famílias, os casamentos arranjados eram uma maneira de se adquirir mais propriedades e, conseqüentemente, mais riqueza.

Nessa perspectiva, Muaze (2008) *apud* Neto e Moreira (2016) ressalta que nesse mesmo período, aconteciam casamentos dentro de uma mesma família ou entre outros parentes mais próximos com o intuito de preservar a riqueza entre os membros do mesmo clã.

Sobre isso, Abrantes (2010) reforça que a historiografia brasileira sobre a família enfatiza o enorme peso dessa instituição nas relações econômicas, políticas e sociais no país, no período colonial. Segundo a autora,

O casamento implicava em muitos interesses materiais, como herança e administração dos bens do casal, entre quais estava o dote, por isso, entre as famílias de posses, o casamento era considerado como um negócio e, secundariamente, como um assunto sentimental. (ABRANTES, 2010, p. 25)

A obra *Senhora*, de Alencar, deixa muito evidente a questão apontada pela autora, uma vez que Aurélia, primeiramente, viabiliza o casamento com Seixas como uma forma de negócio, apesar de haver um amor que ela tenta a todo custo sufocar, pois fora rejeitada pelo rapaz, também por dificuldades financeiras. Candido (2000) nos apresenta, em sua obra *Literatura e Sociedade*, uma análise do romance de Alencar, destacando a relevância de se apontar algumas dimensões sociais do século XIX presentes na obra, dentre as quais, o casamento como um contrato social. Sobre tal fato, o autor destaca:

Trata-se da compra de um marido; e teremos dado um passo adiante se refletirmos que essa compra tem um sentido social simbólico, pois é ao mesmo tempo representação e desmascaramento de costumes vigentes na época, como o casamento por dinheiro. (CANDIDO, 2000, p. 7).

Similar a *Senhora*, *Iaiá Garcia* é um romance em que Machado de Assis evidencia o

casamento como um negócio, uma vez que Estela e Luís Garcia, como vimos antes, não se casam apaixonados, mas sim por conveniência, por segurança.

Assim, Samara (1986) apud Abrantes (2010) reforça que a mulher tinha poucas opções e lhe restava a vida em uma sociedade em que sua imagem se associava à de esposas e mães e “[...] o casamento tinha a função específica de torná-la útil na sociedade, a responsável pela garantia da prole legítima e do futuro geracional das famílias representadas no consórcio”. (p. 26).

Nessa perspectiva, observamos que, conforme Lima (2016), no período colonial até meados do século XX, a mulher era marcada fortemente por sua submissão ao sistema patriarcal imposto pela aristocracia portuguesa, mantida pela Igreja Católica e pelo Estado. Outro ponto destacado por Abrantes (2010) é que, no período colonial, havia o pensamento de que o amor entre os casais surgiria com o tempo e que, dessa maneira, era comum que os noivos se vissem pela primeira vez apenas na data do casamento arranjado. Contudo, “se o amor não viesse com a convivência, o respeito mútuo e a harmonia do casal, significando principalmente a obediência e resignação feminina, era sinal de um casamento conveniente”. (ABANTES, 2010, p. 16). A mesma autora reforça que a maioria das alianças matrimoniais entre as famílias, no século XIX, tratava-se de um negócio, mas explica que isso não significava que as partes envolvidas nos enlces visavam apenas o lucro econômico. Ao contrário, segundo suas afirmações, baseavam-se em uma troca de interesses envolvidos. Neto e Moreira (2016) explicam que esse tipo de união matrimonial teve início no século XVIII, permanecendo até a primeira metade do século XX, em que ocorreram algumas mudanças de cunho social. Essas transformações eram, na maioria dos casos, oriundas da Europa e alteraram o pacto matrimonial, uma vez que favoreceram o aumento do individualismo e a separação entre negócios e família.

Alencar (2014), por meio da fala de suas personagens, explica que o esse tipo de casamento era comum, conforme disse Seixas à Aurélia, em Senhora:

[...] Mas a senhora deve saber que o casamento começou a ser a compra da mulher pelo homem; e ainda neste século se usava em Inglaterra, como símbolo do divórcio, levar a repudiada ao mercado e vendê-la ao martelo. Também não ignora que no Oriente há escravas que vivem em suntuosos palácios, tratadas como rainhas. (ALENCAR, 2014, P. 197)

No romance “Senhora”, o dote é o requisito principal para a efetivação do casamento

de Aurélia e Fernando. Dessa forma, entende-se ser relevante abordá-lo, destacando algumas de suas concepções, lembrando que Aurélia ofereceu como dote cem contos de réis para garantir seu casamento com Seixas. A quantia, conforme observamos no romance, foi paga em duas vezes: vinte contos foram repassados ao noivo no momento em que o “negócio” foi acertado e o restante logo após a cerimônia. Neto e Moreira (2016) pontuam que Nazzari (2001) define o dote como uma instituição europeia, trazida ao Brasil pelos portugueses no século XVI, juntamente com o cristianismo e outros costumes culturais europeus. Compartilhando dessas mesmas afirmações, Ferreira e Abrantes (2013) salientam que o dote era um costume praticado por séculos no Ocidente, com origem portuguesa e que se instaurou no Brasil devido ao processo de colonização. O dote se constituía partindo dos bens materiais que a noiva levava para sua vida conjugal, sendo compreendido como um meio de viabilizar casamentos entre famílias de posse. Assim sendo, o casamento era reconhecido como um negócio que se estabelecia entre o pai da noiva e seu pretenso genro. Colocando de maneira mais direta, nesse tipo de “negócio” trocavam-se mulheres por dinheiro.

Ruivo (2017), ao abordar a questão do dote, comenta que no século XIX a mulher burguesa vivia sob as regras pré-estabelecidas pela sociedade, vivendo sob a autoridade do marido: “Os pais confiavam o dote aos maridos que administravam os bens da esposa sem que esta tivesse qualquer poder de decisão”. (p. 124). A falta de autonomia feminina fazia com que as mulheres enfrentassem situações muito difíceis, uma vez que estavam sujeitas às vontades dos maridos. Seguindo nessa mesma perspectiva, Ferreira e Abrantes (2013) argumentam que no Brasil colônia o casamento era compreendido como uma maneira de fortalecer a família e o dote, trazido pela moça, e tinha o objetivo de formar uma nova unidade familiar, favorecendo os recursos financeiros necessários ao estabelecimento de poder social e político dessa instituição. Importante apontar que as autoras citam que esses bens e recursos materiais eram compostos também por índios e escravos, importantes “bens” para a ampliação do poder econômico.

No romance *Senhora*, de Alencar, observamos o seguinte trecho, em que fica evidente como o dote era visto no casamento marcado por interesses econômicos: “Aurélia tinha razão. Se com essa obstinação, Seixas queria mostrar desapego à riqueza pelo casamento, fazia um ridículo papel; pois o enxoval não era senão um insignificante acessório do dote em troca do qual tinha negociado sua liberdade.” (ALENCAR, 2014, p. 151)

Conforme nos apontam Ferreira e Abrantes (2013), as moças que tinham maior dote se

destacavam dentre as demais em uma sociedade que se baseava no acúmulo de bens e na distinção social: “O casamento com a contribuição do dote era um meio no qual se estabelecia acordos vantajosos, que tinham também por objetivo manter a posse e a riqueza das famílias, assim como a pureza de sangue entre a elite”. (FERREIRA; ABRANTES, 2013, p. 4).

Contudo, é válido destacar que as famílias mais modestas, com menor recurso financeiro também se esforçavam para dotar as moças solteiras. Mas, os bens do dote restringiam-se a peças do enxoval e algum animal de serviço. Exemplo disso, no romance de Alencar, é o casamento das personagens Adelaide e Torquato. Na obra de Alencar, Senhora, o autor critica esse comportamento da época, como se pode observar no seguinte trecho:

Trata-se de uma moça, sofrivelmente rica, bonita a quem a família deseja casar quanto antes. Desconfiando desses peralvilhos que por aí andam a farejar dotes, e receando que a menina possa de repente enfeitiçar-se por alguns dos tais bonifrates, assentou de procurar um moço sisudo, de boa posição, embora seja pobre; porque são justamente os pobres que sabem melhor o valor do dinheiro, e compreendem a necessidade de poupá-lo, em vez de atirá-lo pela janela fora como fazem os filhos dos ricos. (ALENCAR, 2014:56).

Já em Iaiá Garcia, Luis Garcia não dispunha de uma confortável situação financeira a ponto de assegurar um bom dote à sua filha e sabia que ela poderia não conseguir um bom casamento por esse motivo. Assim, o amoroso pai tratou de prepará-la para uma vida sem um marido que lhe desse segurança financeira, ou seja, procurou lhe apresentar formas de prover seu próprio sustento, sem depender de um marido de posses, como apontado no seguinte trecho:

Demais, que lhe poderia ele desejar, senão aquilo que a tornasse independente e lhe desse os meios de viver sem favor? Iaiá tinha por si a beleza e a instrução; podia não ser bastante para lhe dar casamento e família. Uma profissão honesta aparava os golpes possíveis da adversidade (ASSIS, 1981, p. 58).

Contudo, um trabalho honesto não traria uma vida social desejável, como almejavam as moças da época. Porém, como professora de piano, Iaiá conseguiria manter seu sustento não precisando depender de favores.

O século XIX passou por algumas transformações, tais como o processo de urbanização, o que foi de grande relevância para uma nova estrutura da sociedade, pois as mulheres passaram a frequentar bailes, teatros, saraus e outros eventos, saindo um pouco dos limites do ambiente doméstico. Com o passar do tempo, como destacado por Neto e Moreira

(2016), o dote foi deixando de ser um requisito primordial para a realização de casamentos e passou a ser visto como uma questão de vínculo pessoal e, assim, as pessoas passaram a ter maior liberdade na escolha de seus parceiros. No entanto, apesar de ter perdido sua força como requisito principal para um bom casamento, o dote, ainda segundo a mesma fonte, não caiu completamente em desuso até fim do século XIX.

Neto e Moreira (2016) salientam que com a decadência do poder da família extensa, o casamento deixou de ser uma questão predominantemente de propriedade, para ser um relacionamento reconhecido como de amor. Assim, os casamentos arranjados cederam espaço a uniões de livres escolhas dos noivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa que deu origem a este artigo, foi possível observar a correlação existente entre a história e a Literatura, uma vez que ambas possuem uma grande relevância no contexto social da América Latina, principalmente no Brasil, que tem um passado colonial marcante.

Propusemos aqui uma análise de como se davam os casamentos no século XIX, apesar do período ser considerado como Romantismo, por meio das obras *Senhora*, de José de Alencar e *Iaiá Garcia*, de Machado de Assis, considerados dois dos maiores romancistas da Literatura Brasileira.

Os romances analisados destacam de maneira muito clara os interesses que envolviam os enlances matrimoniais, realizados por conveniência, por aliança política e econômica. Como vimos, as mulheres do século XIX viviam em uma sociedade patriarcal, devendo sempre estar submissas a uma figura masculina, seja a do pai seja a do marido. As moças deviam seguir regras impostas pela sociedade e aprendiam desde cedo a cuidar da casa, do marido e da família. Tinham por obrigação aprender prendas domésticas, tais como bordar, costurar, tocar piano e tudo o que fosse necessário para se conseguir um bom casamento. Sendo assim, os casamentos eram vistos como um mero negócio que tinha por principal objetivo manter as fortunas ou, em alguns casos, elevar a posição social dos menos favorecidos.

Em *Senhora*, a personagem principal se vê abandonada por seu grande amor, devido sua condição financeira inferior e por esse motivo, ao receber uma herança inesperada, trata logo de “comprá-lo” como uma vingança pelo sofrimento que lhe foi causado.

Já no romance *Iaiá Garcia*, também é evidenciado o casamento por interesse, uma vez que a personagem Valéria é capaz de obrigar o filho Jorge a ir para a guerra para evitar um enlace com Estela, uma moça pobre, de situação econômica inferior à de sua família. Contudo, a própria Estela reconhece essa diferença entre as classes sociais e, muito orgulhosa, ignora seus sentimentos pelo rapaz, sufoca qualquer esperança que possa ter e casa-se por conveniência com Luís Garcia, em um enlace que lhe dá segurança. Outro casamento, nesse mesmo romance também, no início, é pensado de forma a atender interesses não românticos, pois Iaiá Garcia, ao perceber o passado existente entre Estela e Jorge, planeja casar-se com ele para evitar que o rapaz e sua madrasta se envolvam novamente, trazendo sofrimento a seu pai e, assim, destruindo sua família. Contudo, o casal se apaixona perdidamente e o casamento deixou de ser apenas um contrato social.

Dessa forma, nos dois romances analisados, foi possível observar o casamento como um contrato social, que atendia a interesses das personagens principais. A princípio, o amor não era levado em consideração, mas com o decorrer das narrativas, o sentimento aflora nos personagens principais, que, em certos casos, conseguem superar as diferenças sociais.

Em *Senhora*, após muitos embates, Aurélia e Seixas conseguem superar as diferenças e mágoas e se entregam ao sentimento forte que têm em comum.

No entanto, Estela, de *Iaiá Garcia*, não conseguiu superar seu orgulho e romper com o que determinava a sociedade, uma vez que abriu mão do amor por duas vezes, sufocando o sentimento forte que lhe corroía o coração, por se sentir inferior devido à sua condição financeira.

Enfim, foi possível traçar um paralelo entre as obras em destaque, bem como os casamentos dos dias atuais em que as pessoas, em geral, se casam movidos por outros sentimentos que não o interesse econômico e político. Além disso, ficou evidente o olhar que se tinha da mulher, como um ser submisso, que deveria estar sempre seguindo regras impostas por uma sociedade patriarcal, sob as ordens do pai ou do marido.

Referências

ABRANTES, Elizabeth Sousa. "O Dote é a Moça Educada": Mulher, Dote e Instrução em São Luís na Primeira República. 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

ALENCAR, José de. *Senhora*. Porto Alegre: L&PM, 2014.

ANDRADE, Maria Celeste de Moura. **O século XIX: O mundo burguês / O casamento/A**

nova mulher: O contexto histórico dos romances *Madame Bovary*, *Ana Karenina*, *O Primo Basílio* e *Dom Casmurro*. Evidência, Araxá, 2013. Disponível em <http://www.uniaraxa.edu.br>. Acessado em outubro de 2017.

ASSIS, Machado de. **Iaiá Garcia**. Porto Alegre; L&PM, 1981.

BERND, Zilah. O maravilhoso como discurso histórico alternativo. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiróz, 2000. (Grandes nomes do pensamento literário).

D'INÇÃO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, Adriana; ABRANTES, Elizabeth Souza. **O declínio do dote e as novas prendas sociais femininas na sociedade maranhense da segunda metade do século XIX**. 2013. XXVIII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social. Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org>. Acessado em maio de 2018.

LIMA, Samara Pereira Souza de. **As heroínas românticas nas obras *A Moreninha*, de Joaquim Manuel Macedo e *Senhora*, de José de Alencar**. Trabalho de graduação em Licenciatura em Letras/Literatura, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana. 2016.

NETO, Renato Drummond Tapioca; MOREIRA, Marcello. **Esposa autônoma, marido submisso: casamento, dote e escravidão no romance *Senhora*, de José de Alencar (1875)**. Aedos, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 37-61, Dez. 2016

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: **Discurso histórico e narrativa literária**. (Orgs) LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

RUIVO, Albertina Pereira. A condição feminina em *O Primo Basílio*, de Eça de Queirós. In: PAVANELO, Luciene Marie et al (orgs). **Marginalidades femininas: a mulher na literatura e na cultura brasileira e portuguesa**. Montes Claros: Unimontes, 2017.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986